

Reunião GT Macrozoneamento PDUI RMS

17 de novembro de 2017

Local: SENAC – Sorocaba

Início da reunião: 14h15 Término: 16h15

1) Apresentação Emplasa

Foram apresentados dois temas para abordar nessa reunião:

- Continuar a discussão sobre a proposta 18 - “Premissas e Diretrizes da Mineração Paulista”, vinda do Grupo Técnico de Desenvolvimento Urbano e Econômico e
- Iniciar a discussão das Macrozonas “Recuperação Ambiental” e “Requalificação Urbana”

2) Discussões

– “Premissas e Diretrizes da Mineração Paulista”

Felipe leu um artigo da Constituição Estadual sobre o assunto e baseado nesse texto apresentou uma minuta de uma macrodiretriz incluindo os quatro primeiros itens da proposta 18. Após análise e inserção de sugestões será feito um texto final. O objetivo é que seja um apoio ao planejamento municipal e que possa ajudar na elaboração dos Planos Diretores.

– Macrozonas “Recuperação Ambiental” e “Requalificação Urbana”

“Recuperação Ambiental” – na apresentação do slide 3 notou-se que somente o município de Tietê considerou uma porção do território como zona de recuperação ambiental.

Na discussão do grupo aparecem conflitos tais como: rural x preservação, rural x área de proteção aos mananciais entre outros.

Ficou evidente que os municípios tem interpretações diferentes sobre o que seria uma área de recuperação ambiental.

Foi sugerido procurar os técnicos de Tietê para saber qual o conceito usado por eles para aquele polígono de Recuperação Ambiental, no sentido de aprofundarmos o conceito dessa Macrozona.

“Requalificação Urbana” – foi apresentado o slide 9 com o mapeamento das informações recebidas dos municípios e o Mapa do Uso do Solo elaborado pela Emplasa, com os assentamentos precários e favelas. Foi abordada a existência de núcleos urbanos espalhados nas zonas rurais que constituem zonas de precariedade, muitos oriundos de loteamentos clandestinos. O que fazer? Regularizar?!

Por fim foi colocado o problema dos limites municipais, onde as divisas são “zonas de guerra”, a conurbação produz “brigas” de interesse pelos territórios. Foi proposto pensar em uma diretriz para os conflitos territoriais.

Nos dois compartimentos Felipe ressaltou que se trata de informações mais localizadas no território e que talvez não constituísse uma macrozonas. Para as áreas de recuperação ambiental a informação mapeável que possuíamos até agora consta apenas no plano diretor de um município. Já a área de requalificação urbana algumas informação estão em escala de quadras ou lotes o que dificulta o entendimento de que estas áreas serão grandes compartimentos da região metropolitana.

3) Encaminhamentos

Para a próxima reunião ficaram definidas as seguintes atividades:

- discussão das Macrozonas “Uso Sustentável” e “Proteção”
- completar a diretriz de Mineração

- pensar em uma diretriz de georreferenciamento em que fosse financiado pelas RMs
- pensar em uma diretriz em que a RM fosse mediadora dos conflitos territoriais em zonas limítrofes

Próxima reunião: 24/11/2017 – 14 horas – local: CIESP